

BIOÉTICA E SAÚDE PÚBLICA. Paulo Antônio de Carvalho Fortes & Elma Lourdes Campos Pavone Zoboli (org.). São Paulo: Edições Loyola, 2003. 167 pp.

ISBN: 85-15-02702-X

“O governo arma-se desde agora para o golpe decisivo que pretende desferir contra os direitos e liberdades dos cidadãos deste país. A vacinação e revacinação vão ser lei dentro em breve, não obstante o clamor levantado de todos os pontos... o atentado planejado alveja o que de mais sagrado contém o patrimônio de cada cidadão: pretende se esmagar a liberdade individual sob a força bruta” (Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 1904; 7 out.). Esse trecho se refere a “Revolta da Vacina”, ocorrida em 1904 no Rio de Janeiro e comumente apontada como um dos marcos históricos na trajetória das políticas públicas brasileiras de saúde. Ignorando os benefícios trazidos pelas campanhas, muitas pessoas não aceitaram ser imunizadas e, como resultado, as primeiras campanhas de vacinação ocorriam sob protestos ou mesmo o uso de força policial. Certamente, caso os(as) elaboradores(as) de políticas de saúde do início do século XX tivessem usufruído das contribuições da bioética e mais especificamente da leitura do livro *Bioética e Saúde Pública*, os primeiros programas governamentais de imunização poderiam ter ocorrido de maneira mais tolerante e pacífica. O livro explora alguns dos desafios morais presentes na saúde pública brasileira e apresenta a bioética como instrumento de trabalho precioso para mediação de situações onde há conflitos.

O livro *Bioética e Saúde Pública* foi lançado em julho de 2003 durante o VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, sob organização e co-autoria de dois membros do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa: o médico Paulo Antônio de Carvalho Fortes, professor da Universidade de São Paulo (USP) e diretor da Sociedade Bioética de São Paulo, e a enfermeira Elma Lourdes Campos Pavone Zoboli, professora da Universidade de São Paulo e membro do Conselho da Internacional Association of Bioethics. A experiência de ambos na Faculdade de Saúde Pública da USP aliada a reflexões sob a perspectiva da bioética culminaram na obra onde um dos méritos é mostrar a estreita e promissora relação entre os campos disciplinares da bioética e da saúde pública.

A obra foi estruturada em 15 partes: *Apresentação*, sob autoria do teólogo Leo Pessini; *Sobre os Autores*, instante que o livro traz breves biografias dos autores; Capítulo I: *Bioética e Saúde Pública: Entre o Individual e o Coletivo*, cujos autores são Elma Zoboli e Paulo Fortes; Capítulo II: *Referenciais de Análise em Bioética: O Desafio de Traçar sua Interface com a Saúde Pública*, sob autoria de Elma Zoboli; Capítulo III: *Reflexões sobre o Princípio Ético da Justiça Distributiva Aplicado aos Sistemas de Saúde*, sob autoria de Paulo Fortes; Capítulo IV: *Reflexão sobre Políticas Pú-*

blicas Brasileiras de Saúde à Luz da Bioética, de autoria do odontólogo Volnei Garrafa; Capítulo V: *Saúde Pública e Direitos Humanos*, cujos autores são os médicos Ivan Junior e José Ayres; Capítulo VI: *A Bioética da Proteção em Saúde Pública*, de autoria do filósofo Fermin Schramm; Capítulo VII: *Bioética, Gênero e Saúde Pública*, sob autoria da enfermeira Dirce Guilhem; Capítulo VIII: *A Regulamentação de Pesquisa com Seres Humanos como Instrumento de Controle Social*, sob autoria do médico William Hossne; Capítulo IX: *Pesquisas em Saúde Pública: Uma Breve Reflexão sobre o Retorno dos Resultados*, cujos autores são a assistente social Simone Spinetti e o médico Paulo Fortes; Capítulo X: *Ética e Experimentação Animal*, sob autoria da médica veterinária Evelyn Sarmento e do médico Paulo Fortes; Capítulo XI: *Bioética, Tecnocência e Impacto nos Serviços de Saúde*, de autoria do médico José Siqueira; Capítulo XII: *Bioética e Cuidados Paliativos na Assistência à Saúde*, sob autoria da médica Maria Guerra; e Capítulo XIII: *Perspectivas Bioéticas na Atenção da Saúde Bucal*, sob autoria do odontólogo Dalton Ramos.

A bioética e a saúde pública são apresentadas no livro como campos disciplinares que se aproximam ou mesmo se confundem, em virtude de características comuns evidenciadas desde a natureza multidisciplinar e interdisciplinar de ambas, até mesmo o objeto de estudo e intervenção. Entretanto, é destacado que estudos bioéticos brasileiros sobre temáticas pertencentes à saúde pública ainda são escassos e, nesse sentido, é exigido da bioética brasileira “...ampliar e redirecionar as atuais orientações” (p. 16) que pautam suas pesquisas sob pena de “...isolar-se do fluxo de exigências e experiências comuns a todos” (p. 16). Recente estudo realizado sobre a produção bibliográfica bioética brasileira nos últimos doze anos mostrou que, de fato, assuntos diretamente relacionados à saúde pública, como “alocação de recursos”, corresponderam a menos de 1% dos trabalhos realizados¹. O desafio de intensificar investigações bioéticas em saúde pública tem sido aceito por pesquisadores, denominados no livro como “*bioeticistas pátrios*”, que têm se ocupado de pesquisar e analisar a saúde pública brasileira sob diferentes aspectos. O livro traz no decorrer de seus 13 capítulos algumas reflexões bioéticas que tiveram como foco de análise elementos pertencentes ao universo da saúde pública.

Passando por vertentes teóricas diversas, como a teoria principialista, as teorias de inspiração feminista ou mesmo a teoria de justiça proposta por John Rawls, os artigos presentes no livro discutem, entre outros assuntos: a necessidade de rever as teorias bioéticas pertencentes a outros contextos mundiais, segundo as especificidades brasileiras; estratégias de se promover a equidade no cenário brasileiro, onde impera a desigualdade; os avanços que a *Constituição* de 1988 representou para a saúde pública por meio da criação de mecanismos de controle social,

os quais precisam ser melhor compreendidos e explorados; a criação de regras para a realização de pesquisas científicas e o impacto de tais iniciativas na sociedade brasileira; o desafio de se reconhecer os direitos individuais ou de minorias quando esses comprometem necessidades supostamente coletivas. A bioética é apresentada, enfim, como uma ferramenta de análise imprescindível a profissionais atuantes em saúde coletiva que podem ser fortalecidos na eleição de prioridades, estabelecimento de critérios de gestão, mediação de interesses conflitantes e demais demandas presentes no cotidiano da saúde pública brasileira.

Bioética e Saúde Pública, portanto, além de apresentar a importância do diálogo entre os dois campos disciplinares, mostra possibilidades de como essa relação pode ocorrer. Os artigos presentes no livro evidenciam quão importantes são as contribuições bioéticas para subsidiar análises e intervenções relacionadas à saúde pública. Nesse sentido, o livro cumpre um papel central: colocar em pauta a necessidade da bioética brasileira incumbir-se cada vez mais de questões referentes à saúde populacional. O livro é destinado a todas as pessoas que enxergam na saúde pública contemporânea, como outrora, um cenário repleto de demandas morais.

Cristiano Guedes
ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos
e Gênero/Departamento de Sociologia,
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
c.guedes@anis.org.br

1. Braga KS. Bibliografia bioética brasileira: 1990-2002. Brasília: Letras Livres; 2002.

PODER, HIERARQUIA E RECIPROCIDADE: SAÚDE E HARMONIA ENTRE OS BANIWA DO ALTO RIO NEGRO. Luiza Garnelo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 260 pp.

ISBN: 85-7541-033-4.

Poder, Hierarquia e Reciprocidade: Saúde e Harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro de Luiza Garnelo é um excelente início para a nova coleção *Saúde dos Povos Indígenas* da Editora Fiocruz, uma coleção que visa a "contribuir para a construção de enfoques teóricos e técnicos inovadores" sobre as diversas facetas do processo saúde-doença dos povos indígenas. O livro não se limita a uma descrição da relação entre a cultura Baniwa e suas práticas de saúde: ele também abrange a arena política das atividades cotidianas, das relações interétnicas, dos conflitos entre demandas locais e globais e do impacto das políticas públicas nas ações das organizações indígenas e seus atores. Sua publicação neste momento é oportuna, pois fornece a primeira análise do impacto da implantação dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) em um contexto local, não em termos epidemiológicos, mas nos termos dos princípios que fundamentam as discussões sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o subsistema de saúde indígena. Em particular, o livro revela as complexidades e limitações da implementação do controle social, da participação democrática e da articulação entre biomedicina e medicina tradicional. Em termos analíticos, o estudo privilegia a abordagem de práxis¹ para explorar as

estratégias cotidianas desenvolvidas pelos atores para redimensionar seu sistema cultural, na tentativa de integrar elementos da sociedade mundial que vêm sendo oferecidos pelas organizações nacionais e internacionais.

A primeira parte do livro investiga a ligação da cosmogonia e cosmologia com os ritos e as práticas que asseguram a boa saúde do grupo. O passado mítico é marcado por lutas violentas que resultaram na transformação do mundo primordial, caracterizado por caos e excessos, para a ordem atual, na qual há controle sobre comportamento excessivo. As práticas rituais estabelecem um eixo vertical do universo que liga o passado com o presente, com os ritos e com o sagrado. Essas práticas garantem a reprodução física e simbólica da sociedade e a congruência entre o comportamento de seus membros e os padrões morais vigentes.

Por meio desta discussão, torna-se claro que a tal chamada "*medicina tradicional*" abrange um domínio mais amplo que aquele da biomedicina. Para os Baniwa, os processos de saúde e doença estão imbricados nas sanções morais e espirituais que mantêm a ordem social. Se as doenças e seus sintomas têm origem nos eventos míticos, a doença e a morte são conseqüências de guerras, de transgressões nas regras dietéticas, higiênicas e corporais, bem como de manifestações de comportamentos e emoções anti-sociais, tais como inveja, cobiça, gula, curiosidade desenfreada e sexualidade descontrolada. A condição feminina também é fonte de doença, já que a menstruação provoca uma vulnerabilidade aos ataques de seres-espíritos, e as secreções úmidas e sangue menstrual atraem doenças. Os saberes dos xamãs e dos donos do veneno, *manhene*, se originaram no mundo mítico e, hoje, a feitiçaria e o veneno são empregados em casos de vingança, de trocas não retribuídas e de inveja. O campo de saúde Baniwa é uma forma de controle do coletivo sobre o indivíduo, na qual os processos de saúde e doença revelam não apenas diversos conflitos desta sociedade, mas também expressam seus valores morais centrais.

As relações de parentesco fundamentam a organização social e são marcadas por uma tensão entre hierarquia e igualitarismo, característica dos grupos étnicos do Alto Rio Negro. Os Baniwa são divididos em cinco ou seis grupos consanguíneos conhecidos como *fratrias* patrilineares. Estas, por sua vez, são subdivididas em quatro ou cinco *sibs* que são hierarquizados segundo sua origem mítica. As fratrias são iguais entre si e suas relações possibilitam as alianças matrimoniais, o controle de território e o acesso aos recursos. Como os sibs, as relações entre as gerações e os gêneros são também hierarquizadas: os irmãos mais novos são subordinados pelos irmãos mais velhos, as mulheres pelos homens. Os saberes são formas de poder, o que possibilita ao xamã, que possui um poder particular, e aos velhos, detentores dos saberes rituais, dominar os jovens.

As interações entre estes grupos assimétricos tomam formas de competição e cooperação, de estratégias e manipulação, convencimento, contestação e alianças. Trocas ou intercâmbios recíprocos são centrais na consolidação das alianças e lealdades. Por exemplo, as trocas de mulheres estabelecem alianças entre sibs, os chefes legitimam sua posição pela distribuição de bens para os membros de seu grupo, os